

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e um pelas dez horas e trinta minutos, reuniu-se na Sede da Associação Algarvia de Pais e Amigos de Crianças Diminuídas Mentais, sita na Rua do Compromisso, em Faro, no exercício da competência que lhe é conferida pela alínea c) do Artigoº 48 dos seus Estatutos, o Conselho Fiscal a fim de analisar e dar o seu Parecer, sobre o Orçamento para o ano dois mil e vinte e dois. Em consequência, vimos apresentar o nosso parecer sobre o orçamento previsional que apresenta um total de receitas de 1 300 913,10€ e gastos num total de 1 307 270,40€, apresentando desta forma um resultado negativo de seis mil trezentos e cinquenta e sete euros e trinta cêntimos (6.357,30€). Comparativamente com o ano de 2021 este regista uma diminuição de 15 955,06€.

Da análise ao Orçamento previsional verifica-se que este apresenta um valor de receitas para 2022 de 1 300 913,10€, o que revela um aumento de 143 664,88€ em relação ao ano de 2021, ao analisar as diversas rubricas verifica-se que a dos subsídios apresenta um acréscimo de 14%.

No que concerne às despesas, o valor total previsto para 2022 é de 1 307 270,40€, verificando-se um aumento de 127 765,43, em relação ao ano de 2021, sendo a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos a que apresenta um maior aumento 59%.

Ao analisar o resultado líquido previsional, verificamos que o mesmo apresenta um valor inferior ao ano anterior, de referir, que embora este orçamento apresente um valor superior ao de 2021, verifica-se uma contenção de custos efectuada pela instituição, devido às incertezas que a Pandemia COVID-19 veio trazer.

As despesas orçamentadas são as indispensáveis ao bom funcionamento da Instituição, permanecendo o esforço para a maior contenção possível de despesas, embora a Instituição se foque numa perspetiva de visão estratégica para a criação de novas áreas empreendedoras e sustentáveis, apresentando algumas sugestões de melhoria.

É parecer deste conselho que a Assembleia aprove o Orçamento Previsional para o ano dois mil e vinte e dois.

O Conselho Fiscal

